

Brasília, 04 de fevereiro de 2026

Seleção

Sumário

Convergência Digital

Terça-feira, 03 de fevereiro de 2026 | Direitos Autorais

Microsoft lança marketplace para licenciamento de conteúdo para Inteligência Artifi... .. 3

Migalhas

Terça-feira, 03 de fevereiro de 2026 | ABPI | Câmara de Arbitragem

Acórdão do TJ/SP coloca em risco o instituto da arbitragem 4

MSN Notícias

Quarta-feira, 04 de fevereiro de 2026 | Propriedade Intelectual

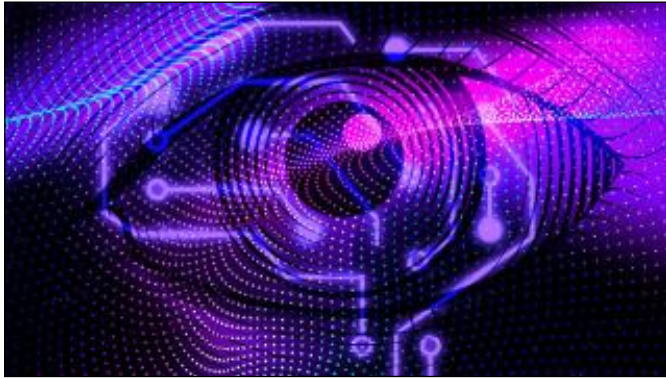
Sina de Ofélia: entenda a reviravolta da música de IA que agora é copiada por huma... .. 9

O Globo Online

Terça-feira, 03 de fevereiro de 2026 | Propriedade Intelectual

Herdeiros colocam à venda arquivos e direitos sobre as obras de Will Eisner 11

Microsoft lança marketplace para licenciamento de conteúdo para Inteligência Artificial



Microsoft lança marketplace para licenciamento de conteúdo para Inteligência Artificial

A Microsoft anunciou o desenvolvimento do Publisher Content Marketplace (PCM), uma plataforma destinada a facilitar acordos de licenciamento entre empresas de inteligência artificial e produtores de conteúdo. A iniciativa surge em meio a crescentes disputas judiciais sobre o uso não autorizado de material jornalístico para treinar sistemas de IA.

O marketplace funcionará como uma central onde editoras podem estabelecer termos de uso para seu conteúdo, permitindo que empresas de IA consultem essas condições e negociem acordos para utilizar o material online no aprimoramento de seus modelos. Os proprietários de conteúdo receberão relatórios baseados no uso, facilitando a definição de preços.

Segundo a Microsoft, a plataforma está sendo desenvolvida em parceria com grandes grupos de mídia, como Associated Press, Condé Nast e People, entre outros. A empresa também já iniciou a integração de parceiros como o Yahoo durante a fase piloto.

O boom da IA generativa tem sido alimentado, em grande parte, por conteúdo absorvido sem compensação financeira aos criadores originais. Simultaneamente, veículos tradicionais enfrentam queda no tráfego vindo de buscadores e redes sociais, levando muitos a buscar acordos de licenciamento ou ações judiciais.

Entre os casos de maior repercussão estão processos movidos pelo The New York Times e pelo The Intercept contra a própria Microsoft e a OpenAI, acusando-as de violação de **direitos autorais**.

Paralelamente, existe o Really Simple Licensing (RSL), um padrão aberto apoiado por editoras que incorpora termos de licenciamento diretamente nos sites, especificando como sistemas automatizados devem pagar para coletar conteúdo. A Microsoft não esclareceu se o PCM terá integração com esse padrão.

"A web aberta foi construída sobre uma troca de valor implícita onde editoras tornavam o conteúdo acessível e canais de distribuição - como buscadores - ajudavam as pessoas a encontrá-lo", afirma a empresa em comunicado. "Esse modelo não se traduz facilmente para um mundo onde a IA vem em primeiro lugar, onde respostas são cada vez mais entregues em uma conversa."

A Microsoft promete que o sistema garantirá pagamento aos editores com base no valor entregue, enquanto desenvolvedores de IA terão acesso escalável a conteúdo premium licenciado. A companhia também afirma que a plataforma apoiará publicações de todos os tamanhos, desde grandes organizações até veículos independentes.

Acórdão do TJ/SP coloca em risco o instituto da arbitragem



Acórdão isolado do TJS/P traz risco ao instituto da arbitragem ao rever decisão administrativa do presidente da **Câmara de Arbitragem** do Mercado sobre a forma de nomeação do tribunal arbitral.

Acórdão do TJ/SP coloca em risco o instituto da arbitragem Flavia Cristofaro Acórdão isolado do TJS/P traz risco ao instituto da arbitragem ao rever decisão administrativa do presidente da **Câmara de Arbitragem** do Mercado sobre a forma de nomeação do tribunal arbitral. terça-feira, 3 de fevereiro de 2026

Atualizado às 11:20

Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

Ao julgar, em 18 de novembro de 2025, a apelação cível 1129029-43.2024.8.26.0100, a 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do TJ/SP promoveu indevida interferência em procedimento arbitral a partir da revogação de decisão administrativa do presidente da CAM - **Câmara de Arbitragem** do Mercado acerca da formação do tribunal arbitral.

A Vale S.A. ajuizou ação judicial em face da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e outros 123 litisconsortes passivos necessários, que figuram como requerentes em dois procedimentos arbitrais (172/20 e 207/22) instaurados contra a Vale perante a CAM, pretendendo anular decisão do presidente da referida câmara que, aplicando o item 3.6 do

Regulamento1, nomeou todos os membros do tribunal arbitral, ante à ausência de consenso entre os requerentes para a nomeação de seu árbitro.

Nos termos do citado item 3.6 do regulamento da CAM, nas arbitragens multipartes em que não houver consenso entre os membros de um polo, "o presidente da **Câmara de Arbitragem** indicará todos os árbitros."

A pretensão da Vale se baseia na alegação de que o ato impugnado teria tolhido, "de forma ilegal e arbitrária", seu direito fundamental à indicação de árbitro nos procedimentos arbitrais apesar de não haver divergência de interesses entre os litisconsortes ativos, nem tampouco dificuldade na indicação conjunta de árbitro.

O cerne da controvérsia repousa, assim, em definir se é possível o controle judicial de decisão administrativa tomada pela presidência da câmara antes da instauração do tribunal arbitral.

Embora o juiz de primeira instância tenha, ab initio, concedido medida liminar determinando a suspensão das arbitragens, proferiu sentença extinguindo o processo sem julgamento do mérito, tendo reconhecido que não teria poder para "analisar a decisão administrativa tomada pelo presidente da **Câmara de Arbitragem** do Mercado, bem como a regularidade da aplicação do dispositivo previsto em seu Regulamento, sobre o qual tinham as partes prévio conhecimento."

A sentença foi reformada por acórdão calcado nos seguintes fundamentos:

(i) a intervenção judicial seria possível poque não estaria em discussão a existência, validade ou eficácia da convenção de arbitragem, "muito menos a jurisdição arbitral", não incidindo na espécie os arts. 8º, parágrafo único2 e 183 da lei 9.306/1996 ("lei de arbitragem");

(ii) a Vale teria direito de acesso à Justiça, com base no princípio da inafastabilidade da jurisdição, sob o pressuposto de que a decisão do presidente da CAM seria "pronunciamento administrativo final, irrecor-

rível no âmbito da Câmara Arbitral (art. 5º, XXXV, CF)";

(iii) estaria presente o requisito de "ausência de consenso" entre os requerentes da arbitragem a justificar a aplicação do item 3.6 do Regulamento da CAM; e

(iv) mesmo que assim não fosse, o direito da Vale de nomear o seu árbitro com base no art. 13, § 1º da lei de arbitragem⁴, não poderia ser afastado por normas internas da câmara.

Este precedente representa grave ataque à consolidação da arbitragem como método alternativo de solução de controvérsias amplamente utilizado no Brasil e contraria princípios básicos do instituto e a própria lei de arbitragem.

Em primeiro lugar, um dos motivos que possibilitou o desenvolvimento da arbitragem em nosso País foi justamente o respeito do Poder Judiciário às decisões tomadas no âmbito da arbitragem, mediante sistemática que atribui ao tribunal arbitral competência exclusiva para analisar nulidades invocadas no curso da arbitragem, relegando eventual exame judicial apenas após proferida sentença pelos árbitros⁵, nas estreitas hipóteses de cabimento de ação anulatória se presentes os requisitos do art. 32 da lei de arbitragem.⁶

A opção do legislador ao impedir a intervenção do Judiciário no curso da arbitragem - seja em relação a decisões administrativas tomadas pela câmara na forma do seu regulamento, seja em relações às decisões dos próprios árbitros, de caráter jurisdicional - garante a agilidade da arbitragem como método eficaz de solução de disputas, impedindo que o Judiciário funcione como instância revisora das decisões tomadas durante o procedimento arbitral.

Nesse sentido, o art. 18 da lei 9.307/1996 preceitua que a sentença arbitral "não fica sujeita a recurso ou homologação pelo Poder Judiciário." Na verdade, embora o referido dispositivo mencione apenas a irrecorribilidade da sentença, a sistemática legal é que as decisões tomadas no âmbito da arbitragem são irrecorríveis, somente sendo cabível a atuação do Judiciário após a prolação da sentença arbitral em eventual ação anulatória. Essa regra incorporada à lei de arbitragem segue o princípio da arbitragem internacional de que o juiz estatal não pode interferir no curso da arbitragem em razão do que Fouchard denomina de "règle de priorité

chronologique"⁷ (regra de prioridade cronológica).

A esse respeito, mesmo que se trate de "questões relativas à competência, suspeição ou impedimento do árbitro ou dos árbitros, bem como nulidade, invalidade ou ineficácia da convenção de arbitragem", a parte deve argui-las no âmbito da própria arbitragem, na forma dos arts. 8º, parágrafo único⁸, e 20 da lei 9.307/1996, só podendo submeter a questão ao Judiciário por meio de ação anulatória, conforme preceitua o § 2º do art. 20.¹⁰

É a consagração do princípio da competência-competência na legislação brasileira, segundo o qual o árbitro tem primazia para decidir sobre a sua própria competência e para examinar questionamentos das partes sobre a higidez da convenção de arbitragem.

O § 2º do art. 20 é a materialização do efeito negativo de tal princípio, o qual tem justamente a função de impedir que o Poder Judiciário se imiscua no exame das questões que, por força da autonomia da vontade manifestada pelas partes ao celebrarem a convenção de arbitragem, elas decidiram submeter aos árbitros.

Diversamente do entendimento manifestado pelo acórdão, o fato de a pretensão dos apelantes não envolver questões afetas à competência dos árbitros ou à higidez da convenção de arbitragem não significa que estariam abertas as portas do Judiciário para sua pretensão de tornar sem efeito decisão administrativa do presidente da CAM.

Tendo as partes pactuado submeter seus litígios à jurisdição arbitral, a intervenção do Poder Judiciário somente pode ocorrer em três hipóteses específicas: antes de instituída a arbitragem, para requerer a concessão de medida cautelar ou de urgência¹¹, após a prolação da sentença arbitral, se presentes os requisitos para pretensão anulatória, ou para sua execução, se necessário.¹²

A jurisprudência do STJ aplica o princípio da competência-competência para estabelecer a prioridade cronológica às decisões dos árbitros, relegando a atuação do Judiciário após a prolação da sentença arbitral, como ilustra o seguinte julgado:

"Como corolário do princípio competência-competência, dispostos nos arts. 8º e 20 da lei 9.307/1996, a legislação brasileira sobre arbitragem estabelece uma precedência temporal ao procedimento arbitral, permitindo que seja franqueado o acesso ao

Poder Judiciário somente após a edição de sentença arbitral.

Em consequência, todos os incidentes procedimentais da arbitragem devem ser resolvidos pelo próprio Tribunal Arbitral - e somente por ele - sendo a intervenção do Poder Judiciário indesejável e incabível, enquanto não prolatada definitivamente a sentença arbitral."13

O acórdão aqui comentado vai na contramão de outros do próprio TJ/SP, como se vê do seguinte julgado, proferido à vista de outra decisão administrativa da presidência da Câmara do Mercado:

"Ação ajuizada por companhia contra (a) acionistas e Instituto Brasileiro de Ativismo e Societário Brasileiro de Ativismo que figuram no polo ativo em dois procedimentos arbitrais instaurados em seu desfavor; (b) B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e outros, responsável pela administração da CAM - **Câmara de Arbitragem** do Mercado, onde tramitam os procedimentos arbitrais. Demanda pela qual a autora busca a declaração de ilegalidade de decisão proferida pela Presidência da CAM, bem como seja determinada a reunião, por conexão, dos dois procedimentos arbitrais. Sentença de improcedência. Apelação da autora. Segredo de justiça. (...) Impossibilidade de apreciação, pelo Poder Judiciário, do pedido de reunião dos processos arbitrais para julgamento conjunto. Tendo os acionistas incluído cláusula compromissória no estatuto social, remetendo a resolução de conflitos a Tribunal Arbitral, ficam vinculados aos seus termos e regras. Norma do Regulamento da Câmara Arbitral atribuindo competência a seu Presidente para determinar a reunião dos procedimentos para julgamento conjunto, o que afasta a intervenção judicial."14

Também não andou bem o acórdão sob exame ao invocar o princípio da inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV, CF) para justificar a intervenção judicial na arbitragem, sob o pressuposto de que como a decisão administrativa da presidência da CAM não seria passível de revisão no âmbito arbitral, o direito da Vale de acesso à justiça teria que ser respeitado.

Como já decidiu o STF ao reconhecer a constitucionalidade da lei de arbitragem nos idos de 2001, o princípio da inafastabilidade da jurisdição cede à manifestação de vontade das partes expressa na convenção de arbitragem15. Além disso, com base no princípio da competência-competência, a ape-

lante poderia, sim, submeter seu inconformismo quanto à formação do tribunal aos próprios árbitros.

Ao apresentar seu terceiro fundamento - o de que não haveria "ausência de consenso" entre os requerentes da arbitragem a justificar a aplicação do item 3.6 do Regulamento da CAM - o acórdão fez um juízo de valor sobre a efetiva ausência de consenso entre os requerentes, a qual, no seu entender, não existiria, pois eles haviam iniciado a arbitragem conjuntamente e indicado árbitro em sete oportunidades anteriores (os quais não assumiram o posto por razões que não cabe aqui comentar).

Sobre esse aspecto, a decisão do presidente da CAM baseou-se num elemento objetivo: a impossibilidade de os requerentes indicarem conjuntamente o seu árbitro naquela oportunidade, o que acarretou a aplicação do item 3.6 do Regulamento. Tal norma parte de um pressuposto objetivo - ausência de consenso entre os membros de um dos polos de arbitragem multiparte para indicação de árbitro. Veja-se que a redação do citado dispositivo não prevê valoração do dissenso, por exemplo dissenso justificado, bastante a ausência de consenso na indicação do árbitro para que a atribuição de nomear todos os membros do tribunal arbitral passe a ser do presidente da CAM.

Ademais, essa regra segue o exemplo de outros regulamentos, que, a partir dos casos Dutco e Paranapanema16, passaram a prever que, não sendo possível a indicação conjunta de árbitro por um dos polos, a própria câmara deve indicar todos os integrantes do tribunal arbitral. Disposições nesse sentido têm por objetivo assegurar a isonomia entre as partes e a paridade de armas.

Os princípios da isonomia e da igualdade das partes também se apresentam como justificativa para afastar o quarto fundamento do acórdão, que entendeu ser absoluto o direito da parte de nomear árbitro, na forma do art. 13, § 1º da lei de arbitragem.

Na verdade, esse direito deve ser sopesado com os princípios da isonomia e da igualdade, os quais prevalecem em relação à autonomia das partes na escolha do árbitro. A solução para esse tipo de impasse é dada pelo art. 13, § 4º da lei 9.307/199617, segundo o qual nas arbitragens multipartes, havendo impasse na escolha dos árbitros, "deverá ser observado o que dispuser o regulamento aplicável." Portanto, ao revogar a decisão do Presidente da CAM que indicara os três árbitros com

base no item 3.6 do Regulamento da Câmara por entender que o direito previsto no § 1º do art. 13 seria absoluto, o acórdão não levou em consideração a norma do § 4º do mesmo dispositivo, concebida justamente para esse tipo de situação.

Por fim, não se pode deixar de mencionar que quando as partes indicaram na cláusula compromissória a câmara que iria administrar o procedimento arbitral, estavam cientes de que o respectivo regulamento seria aplicável ao processamento da arbitragem e na solução das questões administrativas pertinentes, como veio ocorrer com a indicação de todos os membros do tribunal arbitral, a teor do item 3.6 do Regulamento da CAM.

Assim, quando o acórdão do TJ/SP declarou a nulidade da decisão do presidente da CAM, declarou também, de forma transversa, a nulidade do referido item 3.6, regra que, por expressa manifestação da vontade das partes, deveria prevalecer no caso concreto, em linha com disposto no art. 13, § 4º da lei 9.307/1996.

Conforme antecipado na sentença reformada, essa decisão compromete "a segurança jurídica do instituto da arbitragem no Brasil como um todo", na medida em que afasta a confiança de que "as regras procedimentais previamente estabelecidas pelo Regulamento das instituições seriam efetivamente cumpridas."

1 Regulamento da CAM, Art. 3.6: "Se houver mais de uma parte Requerida ou Requerente, essas, conforme seus interesses em comum, deverão indicar conjuntamente um árbitro, nos termos deste Regulamento. Na ausência de consenso, o Presidente da **Câmara de Arbitragem** indicará todos os árbitros." Disponível em: <https://www.camaradomercado.com.br/pt-br/arbitragem.html> Acesso em 23/1/2026.

2 Lei de Arbitragem, Art. 8º, parágrafo único: "Caberá ao árbitro decidir de ofício, ou por provocação das partes, as questões acerca da existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem e do contrato que contenha a cláusula compromissória."

3 Lei de Arbitragem, Art. 18: "O árbitro é juiz de fato e de direito, e a sentença que proferir não fica sujeita a recurso ou a homologação pelo Poder Judiciário."

4 Lei de Arbitragem, Art. 13, § 1º: "As partes nomearão um ou mais árbitros, sempre em número ímpar, podendo nomear, também, os respectivos suplentes."

5 Lei de Arbitragem, Art. 33: "A parte interessada poderá pleitear ao órgão do Poder Judiciário competente a declaração de nulidade da sentença arbitral, nos casos previstos nesta Lei."

6 Lei de Arbitragem, Art. 32: "É nula a sentença arbitral se:

I - for nula a convenção de arbitragem;

II - emanou de quem não podia ser árbitro;

III - não contiver os requisitos do art. 26 desta Lei;

IV - for proferida fora dos limites da convenção de arbitragem;

V - revogado

VI - comprovado que foi proferida por prevaricação, concussão ou corrupção passiva;

VII - proferida fora do prazo, respeitado o disposto no art. 12, inciso III, desta Lei; e

VIII - forem desrespeitados os princípios de que trata o art. 21, § 2º, desta Lei."

7 FOUCHARD, Philippe, GAILLARD, Emmanuel, GOLDMAN, Berthold. *Traité de L'Arbitrage Commercial International*. Paris: Litec, 1996. p. 415.

8 Lei de Arbitragem, Art. 8º, parágrafo único: "Caberá ao árbitro decidir de ofício, ou por provocação das partes, as questões acerca da existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem e do contrato que contenha cláusula compromissória."

9 Lei de Arbitragem, Art. 20: "A parte que pretender arguir questões relativas à competência, suspeição ou impedimento do árbitro ou dos árbitros, bem como nulidade, invalidade ou ineficácia da convenção de arbitragem, deverá fazê-lo na primeira oportunidade que tiver de se manifestar, após a instituição da arbitragem."

10 Lei de Arbitragem, Art. 20, § 2º: "Não sendo acolhida a arguição, terá normal prosseguimento a arbitragem, sem prejuízo de vir a ser examinada a decisão pelo órgão do Poder Judiciário competente, quando da eventual proposição da demanda de que trata o art. 33 desta Lei."

11 Lei de Arbitragem, "Art. 22-A. Antes de instituída a arbitragem, as partes poderão recorrer ao Poder Judiciário para a concessão de medida cautelar ou

de urgência."

12 Código de Processo Civil, Art. 515: "São títulos executivos judiciais, cujo cumprimento dar-se-á de acordo com os artigos previstos neste Título:

VII - a sentença arbitral;"

13 STJ, 3ª T., REsp nº 1.614.070/SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, j. 26/06/2018.

14 TJSP, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Apelação nº 1031861-80.2020.8.26.0100, Rel. Des. Cesar Ciampolini, j. 30/06/2021.

15 STF, Pleno, Ag. Reg. na SE nº 5.206, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, j. 12/12/2001.

16 À vista de dissenso entre os polos de uma arbitragem para indicação do árbitro, a Corte de Cassação Francesa, em 1992, e o TJSP, em 2014, entenderam que a câmara deveria indicar todos os membros do tribunal arbitral, justamente para resguardar o princípio da igualdade entre as partes. A partir do Caso Dutco a Corte de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional modificou seu regulamento, o que fizeram diversas Câmaras sediadas no Brasil depois do Caso Paranapanema, para prever regra semelhante à que consta do item 3.6 do Regulamento da **Câmara de Arbitragem** do Mercado.

17 Lei de Arbitragem, Art. 13, § 4o: "As partes, de comum acordo, poderão afastar a aplicação de dispositivo do regulamento do órgão arbitral institucional ou entidade especializada que limite a escolha do árbitro único, coárbitro ou presidente do tribunal à respectiva lista de árbitros, autorizado o controle

da escolha pelos órgãos competentes da instituição, sendo que, nos casos de impasse e arbitragem multiparte, deverá ser observado o que dispuser o regulamento aplicável."

Flavia Cristofaro Mestre em Direito Internacional - UERJ. Advogada e Árbitra. Sócia de BSBC Advogados. Membro da Comissão de Arbitragem da OAB/RJ.

Sina de Ofélia: entenda a reviravolta da música de IA que agora é copiada por humanos



Notícias em tempo real e o que você precisa saber para entender o Brasil e o mundo. Acesse o g1 aqui!

Cópia da cópia da cópia... É mais ou menos assim que funciona o esquema de composição das dezenas de versões brasileiras de "The Fate of Ophelia" - o hit da vez de Taylor Swift. Chamadas de "Sina de Ofélia", as releituras começaram a surgir em dezembro de 2025 e, desde então, não param de se multiplicar.

Só no Spotify, existem pelo menos 40 faixas com esse nome, e três delas aparecem no Viral 50, ranking que mostra os principais hits das redes no momento. Já no YouTube, o título "Sina de Ofélia" está em mais de 30 vídeos. Desses, muitos são clipes produzidos por inteligência artificial. É o mesmo jeitinho do qual a maioria das canções é feita.

Cantando como IA

A primeira "Sina de Ofélia" viralizou como meme. Sob autoria desconhecida, ela foi criada a partir de ferramentas de IA que transformaram o hit da loirinha em um pop abrasileirado, com pegada de samba e funk.

A letra manteve a essência da original, mas aproximou sua linguagem aos ouvidos nacionais. Já o vocal de Taylor foi trocado pelos de Luísa Sonza e Dilsinho. Ou quase isso: a IA imitou suas vozes.

O uso de voz sem autorização pode render (ao dono da canção) problemas judiciais, mas nem Luísa, nem Dilsinho se mostraram incomodados com o

fato de terem tido seus vocais roubados. Pelo contrário: ambos postaram vídeos em que dublam a música e dão risada.

O apoio dos cantores ajudou na repercussão de "Sina de Ofélia", e não demorou muito para a faixa ganhar videocliques de IA. Com mais de 1,5 milhão de visualizações, um deles mostra sócias de Luísa e Dilsinho - ela vestida de princesa, e ele de príncipe. Diante de um castelo, os cantores encenam um drama romântico que parece ter saído de um conto de fadas.

Apesar do tom realista das cenas, é fácil sacar que nada ali foi gravado com seres humanos. Mas em termos de som, é difícil perceber o uso de IA. Prova disso é que muita gente pensou que os cantores tinham realmente lançado o dueto.

Versão para dar e vender

Semanas após seu surgimento, "Sina de Ofélia" foi removida do Spotify e do YouTube. Mas logo voltou às plataformas - e dessa vez, com maior influência, ganhando dezenas de versões.

Sertanejo, disco, EDM, forró, pagode baiano, R&B; e trap são só alguns exemplos dos gêneros que diferenciam as versões entre si. Há também faixas com (réplicas de) vocais de cantores como Felipe Amorim e Duda Kropf.

Já a letra raramente tem alteração - vez ou outra, há pequenas mudanças tipo os pronomes masculinos de "Sina de Ofélio".

Assim como a primeira releitura de "The Fate of Ophelia", todas essas músicas foram criadas com inteligência artificial. A autoria também vem de perfis de identidade misteriosa. Mas isso tem começado a mudar.

Cada vez mais artistas de carne e osso entram na onda de "Sina de Ofélia". É o caso de cantores como Solange de Almeida, Rikinho e Raissa, que trabalharam sobre a faixa de IA. Os músicos, porém, deram humanidade à canção ao inserir ali gogó verdadeiro, produção de beats e instrumentos reais.

Apesar desse tom humano, os cantores mantiveram a base melódica e a letra de IA em suas gravações. Ou seja: artistas copiaram uma obra de IA.

Copiando a cópia da cópia

No mercado da música, cópias precisam de autorização expressa porque, caso contrário, existem de forma irregular. Mas será esse o caso?

Sem autorização de Taylor Swift, os criadores das músicas de IA não têm direitos sobre "Sina de Ofélia". Por isso, não podem contestar regravações das faixas.

"Essas músicas de IA são versões não autorizadas de 'The Fate of Ophelia'. Elas não são plágios, porque 'plágio' seria se elas estivessem se passando por outra coisa mesmo sendo idênticas à música da Taylor", afirma o advogado Gustavo Deppe, especializado em **direito autoral** na música. "Se houvesse a autorização, aí, sim, haveria o direito dos versionistas."

O advogado explica que o fato de haver, ou não, o uso de IA no processo criativo musical não interfere nesse tipo de questão. As discussões sobre inteligência artificial na indústria têm tido dilemas como a definição de critérios para lucrar nas plataformas.

Gustavo também diz que muitas músicas são como "Sina de Ofélia": versões que, mesmo sem autorização do dono, ficam no ar e fazem sucesso. "O mercado da música é um tanto quanto informal. Se derrubar, derrubou. Se não, fica aí."

Segundo o advogado, é necessária maior rigidez das plataformas digitais. "O Spotify recebe um pedaço desses royalties aí [das várias faixas de 'Sina de Ofélia']", diz ele. "No geral, quem é rígido mesmo [contra violação de direitos] é a gravadora ou o artista."

Questionada pelo g1, a assessoria do Spotify encaminhou um artigo da empresa em que são descritas as medidas mais recentes adotadas pela plataforma para combater "os piores usos da IA generativa".

O Spotify afirma que continuará a lançar novas políticas e que atualmente tem foco em "reforço na aplicação de violações por imitação; um novo sistema de filtragem de spam; e divulgação de uso de IA em músicas com créditos dentro do padrão da indústria".

A assessoria do YouTube - plataforma que engloba vídeos de IA de "Sina de Ofélia" - , diz que o

principal objetivo do site "é garantir que o ecossistema criativo seja sustentável" e permitir que "os criadores protejam sua **propriedade intelectual**".

"Oferecemos um conjunto de ferramentas robustas e políticas claras para que os detentores de **direitos autorais** possam proteger e gerenciar seu conteúdo, desde usuários comuns até grandes empresas de mídia, diz a nota do YouTube.

"Qualquer usuário pode utilizar o formulário online para remoção por **direitos autorais** para solicitar a retirada de vídeos que considerem infringir seus direitos. Para detentores de direitos que gerenciam grandes volumes, oferecemos ferramentas avançadas como o Copyright Match Tool e o Content ID. Se um criador copiar o conteúdo audiovisual específico de outra pessoa, nossas ferramentas e políticas permitem que o detentor de direitos solicite a remoção ou, em alguns casos, opte por monetizar o vídeo."

IA também inspira

"Sina de Ofélia" virou referência para humanos copiarem a música de Taylor, mas também inspirou a criatividade artística para novas versões produzidas por mente humana. Foi assim que surgiu "Não sou Amélia", da cantora paraense Tempestade do Melody.

Pensando no sucesso das versões de IA, a artista decidiu entrar na onda e compôs outra versão para "The Fate of Ophelia". A faixa, que viralizou nas redes, tem a cara do rock doido, movimento de tecnobrega que explodiu em 2025.

Ao som dançante de tecnomelody, "Não sou Amélia" tem uma letra que rejeita a figura submissa da musa de "Ai Que Saudades da Amélia", hit de samba de Ataulfo Alves e Mário Lago.

"Todo tempo sozinha nessa porra, você foi pro rock doido e mandou eu te esquecer. Pra quê me trouxe de volta pra sua vida? Eu não sou tua rapariga, nem Amélia", canta Tempestade na música, que soa bem mais brasileira do que qualquer outra feita por IA. Talvez, esse ainda seja um conceito humano demais para ser captado por um prompt de IA.

Herdeiros colocam à venda arquivos e direitos sobre as obras de Will Eisner



Com mais de 70 anos, sobrinhos esperam encontrar um comprador interessado em manter a obra de Eisner, especialmente o Spirit, em evidência

Quando "Um contrato com Deus e outras histórias de cortiço", de Will Eisner, chegou às livrarias em 1978, atraiu a atenção do público literário para os quadrinhos e ajudou a popularizar o termo "graphic novel" (romance gráfico). Agora, a obra está à venda, junto com os direitos sobre toda a **propriedade intelectual** de Eisner.

Estão disponíveis os romances gráficos, livros infantis e manuais de criação de quadrinhos escritos por Eisner. Também estão incluídos os direitos sobre muitos personagens que ele criou, entre eles o Spirit. O herói mascarado que combatia o crime estreou em 1940 e se tornou notável pelas histórias com realismo moral e temas maduros. O último trabalho de Eisner com o Spirit, uma história de 72 páginas de 1996 chamada "O Retorno do Spirit", nunca foi publicado - e também está à venda.

Eisner faleceu em 2005, seguido por sua esposa, Ann Weingarten Eisner, em 2020. Desde então, Carl Gropper, sobrinho de Ann, e sua esposa, Nancy Gropper, administram o espólio. Agora com mais de 70 anos, eles esperam encontrar um comprador interessado em manter a obra de Eisner, especialmente o Spirit, em evidência.

"Esperamos um filme ou uma animação no futuro", disse Gropper.

A família está ciente de que a tentativa do Spirit de chegar às telonas em 2008 não foi bem-sucedida. "The Spirit", escrito e dirigido por outro inovador dos quadrinhos, Frank Miller, teve um orçamento estimado em US\$ 60 milhões, mas arrecadou menos de US\$ 40 milhões em todo o mundo.

"É preciso ter uma boa história que seja coerente com a personagem, e essa claramente não era coerente com a essência dele", disse Lloyd Greif, presidente e CEO da Greif & Co., o banco de investimentos responsável pela venda. "E, francamente, a história não fazia muito sentido."

Calcular o valor do acervo de um artista não é uma ciência exata. "Basicamente, existem três métodos diferentes que são comumente usados para avaliar a **propriedade intelectual**", disse Lori E. Lesser, que lidera a área de **propriedade intelectual** do escritório de advocacia Simpson Thacher & Bartlett. "Eles são chamados, resumidamente, de método da renda, método de mercado e método do custo."

Aplicando os dois primeiros métodos, ela explicou, "você pode precificar o ativo com base na sua própria estimativa de fluxo de renda futuro proveniente de produtos e taxas de licenciamento, ou pode analisar dados de outras personagens semelhantes que foram vendidas."

O método do custo, disse Lesser, é melhor para avaliar o valor de algo como um software, para o qual um investidor poderia estimar razoavelmente o custo dos recursos investidos em programação e infraestrutura pelo vendedor. Nas artes criativas, disse Lesser, esse método é menos fácil de aplicar.

"É barato para alguém ter um momento de genialidade para criar um novo super-herói", disse Lesser.

Os custos podem ser baixos, mas personagens icônicos não são criados todos os dias. Ao saber de uma história inédita de Eisner com o Spirit, Maggie Thompson, ex-editora da extinta revista especializada em quadrinhos Comics Buyer's Guide e jurada do Hall da Fama do Prêmio Will Eisner da Indústria de Quadrinhos desde sua criação em 2024, soltou um suspiro de admiração.

Continuação: Herdeiros colocam à venda arquivos e direitos sobre as obras de Will Eisner

"Estou muito animada em saber que ainda há mais coisas que não vimos", disse ela. "Espero que isso faça com que pessoas que ainda não o conhecem se familiarizem e apreciem o trabalho que ele criou ao longo de décadas e décadas."

Criadores com a marca e a longevidade de Eisner são raros. "Ele acreditava desde muito cedo que os

quadrinhos um dia seriam considerados literatura com temas adultos", disse Gropper. "E ele foi realmente responsável por chegarmos a esse ponto."

Índice remissivo de assuntos

ABPI Câmara de Arbitragem	2,3,4,5,6
Direitos Autorais	1,7,8
Propriedade Intelectual	7,8,9,10